

# Catarina de Áustria

A rainha colecionadora

**RAINHAS DE PORTUGAL**

Coordenação:

**Ana Maria S. A. Rodrigues · Isabel dos Guimarães Sá  
Manuela Santos Silva**

# Catarina de Áustria

A rainha colecionadora

ANNEMARIE JORDAN

**TEMAS E DEBATES**

## *Capítulo 1*

### *Reavaliação de D. Catarina de Áustria, princesa habsburguesa e rainha de Portugal*

**O** dia 14 de janeiro de 2007 marcou o quingentésimo aniversário do nascimento de D. Catarina de Áustria, rainha de Portugal (1507-1578) (Foto 4), a filha mais jovem de Joana I de Castela e (póstuma) de Filipe, *o Belo* (1478-1506) (Fotos 1 e 2), fruto de uma união dinástica que reuniu as casas de Borgonha e Habsburgo com a de Castela e Aragão em 1496. Irmã mais nova do imperador Carlos V (1500-1558) (Foto 6), D. Catarina foi estrategicamente colocada no trono português em 1525, como meio de o imperador garantir a estabilidade política na Península Ibérica. Casando a irmã, mulher que mal conhecia, com D. João III (r. 1521-1557) (Foto 5), Carlos podia confiar nos laços e lealdades familiares para proteger os seus interesses em Espanha e em Portugal. O seu próprio casamento em 1526 com Isabel (falecida em 1539), irmã de D. João III, reforçou esta segurança, para além de reafirmar uma política de casamentos há muito estabelecida entre as casas reais espanhola e portuguesa.

A historiografia apresenta-nos D. Catarina como uma princesa de Habsburgo que apenas representou e promoveu as políticas habsburguesas na corte de Lisboa. Inquestionavelmente dedicada ao imperador e uma das suas mais fortes aliadas na Península, para além de Isabel, esposa deste, D. Catarina não apoiou cegamente as suas políticas. Temos um exemplo: quando Carlos V contestou a soberania de Portugal sobre as ilhas Molucas em 1527, D. Catarina agiu como mediadora diplomática entre o marido e o irmão, oferecendo mesmo ao imperador as «suas joias e a sua vida» para resolver por

fim aquele impasse diplomático<sup>1</sup>. D. Catarina viu-se muitas vezes forçada à delicada posição de equilibrar os interesses e a política da Casa Real de Avis com a de Carlos V. Apesar de reverenciar o irmão e de promover na corte de Lisboa o culto do imperador, D. Catarina nunca sacrificaria os interesses do trono português aos esquemas políticos daquele.

Como rainha estrangeira, D. Catarina tem sido ignorada pelos historiadores portugueses e a sua imagem denegrada devido à incorporação de Portugal na Coroa espanhola levada a cabo por Filipe II, em 1580. Os historiadores insistem nas suas tendências pró-Castela e completa submissão ao irmão e depois, mais tarde, ao rei de Espanha<sup>2</sup>.

A responsabilidade pela conquista de Portugal e subsequente perda de independência deste país durante sessenta anos foi atribuída a D. Catarina sem, contudo, haver sobre a matéria provas substanciais ou documentais. D. Catarina amadureceu transformando-se numa rainha astuta, estadista e mulher política por direito próprio, qualidades reconhecidas pelo marido, D. João III, que cedo lhe conferiu toda a sua confiança e uma enorme autoridade. Raramente tal liberdade de poder era partilhada por consortes ou regentes contemporâneas. Quer D. João III, quer Carlos V confiavam nas mulheres da sua família para os auxiliarem no governo dos dois reinos: Isabel, por exemplo, servia de lugar-tenente e governador de Castela durante as muitas ausências do imperador da Península Ibérica. A base do poder político de D. Catarina e a sua capacidade de manobra na corte de Lisboa eram também únicas.

A primeira obra dedicada à vida de D. Catarina é um panegírico escrito por D. José, conde de Vimioso, incluído no seu *Elogio das rainhas, mulheres dos cinco reys de Portugal do nome de João* (Lisboa, 1747), e um relato anónimo, do século XVIII, que se encontra em Viena nos arquivos dos Habsburgos, *Biographischen skizzen der Infante Katerina von Castilien*, e foi provavelmente escrito por António Caetano de Sousa para o seu colega, o padre Karl Gallenfels da corte austríaca. No século XIX, um capítulo dedicado a D. Catarina foi incluído na obra *Rainhas de Portugal* (Lisboa, 1878), de Francisco da Fonseca Benevides. O primeiro historiador a reconstruir mais cientificamente a vida de D. Catarina e da sua corte, com a inclusão de documentos de arquivo encontrados em Portugal e Espanha, foi Félix Llanos y Torrigilia, cujo ensaio *Contribución al estudio de la reina de Portugal, hermana de Carlos V, Doña Catalina de Portugal* (Madrid, 1923) serve como ponto de partida fun-

<sup>1</sup> VIAUD, 1994, p. 77.

<sup>2</sup> VELLOSO, 1950; SERRÃO, 1980, pp. 58-60.

damental para o estudo de D. Catarina enquanto rainha. A mais histórica e, até aqui, única obra abalizada sobre a regência de D. Catarina (de 1557 a 1562) continua a ser *As regências na menoridade de D. Sebastião: Elementos para uma história estrutural*, de Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz (Lisboa, 1992). Até 2007 nunca se escreveu uma biografia da rainha e esta vai concentrar-se em diferentes questões e problemas<sup>1</sup>.

Mais recentemente, a corte de D. Catarina, a sua casa, coleção, escravos e o uso do cerimonial e etiqueta tornaram-se o centro da tese de doutoramento da autora<sup>2</sup> e publicações subsequentes<sup>3</sup>. Os catálogos da tese, pela primeira vez abrangendo 800 documentos do Corpo Chronológico (I, II e III) e outras secções da Torre do Tombo (Direcção-Geral de Arquivos<sup>4</sup>), Biblioteca Nacional e Biblioteca da Ajuda em Lisboa, oferecem também transcrições e traduções de sete inventários reais. A primeira parte da dissertação sintetiza os mecanismos internos e a estrutura da casa de D. Catarina desde a sua cozinha até à capela, oferecendo um catálogo completo dos quarenta e dois livros da rainha (livros de moradias), entre 1526 e 1575 e a transcrição de um livro de contas datado de 1575. A segunda parte da dissertação concentra-se na criação da coleção de D. Catarina e do seu patronato dentro do contexto da corte e Casa Real. A rainha geriu a sua vasta casa e administrou o palácio com a mesma eficiência e astúcia com que conduziu os seus assuntos políticos. A sua coleção, já extinta, está documentada não só por inúmeros inventários, mas também por um enorme corpo de correspondência, mandatos, recibos e cartas.

A autora levou ainda a cabo uma investigação sobre a coleção e patronato de D. Catarina, projeto patrocinado pela Fundação Getty (*Documents for the History of Collecting: The Inventories of Charles V and the Imperial Family*, editado por Fernando Checa (Madrid, 2010), no qual foram compilados os primeiros inventários do enxoval e dote de D. Catarina presentes no Archivo General de Simancas (Valhadolid, Espanha), datados de 1524 e 1525, e o seu primeiro inventário (com mais de 350 fólios), compilado em 1528, três anos depois da sua chegada a Portugal.

---

<sup>1</sup> BUESCU, 2007.

<sup>2</sup> JORDAN, 1994a.

<sup>3</sup> Consultar a bibliografia.

<sup>4</sup> Antigo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT).

O objetivo da tese de doutoramento da autora era oferecer uma plataforma histórica, bibliográfica e documental na qual D. Catarina, a sua corte e casa pudessem ser estudadas; subsequentemente, serviu de base à análise profunda sobre a casa de D. Catarina entre 1550 e 1560, realizada por Félix Labrador Arroyo<sup>1</sup>. Embora Labrador Arroyo considere os poderes políticos de D. Catarina como tendo atingido o seu apogeu cerca de 1560, há provas documentais que evidenciam que, apesar de manter uma corte e uma casa reduzidas após 1559, esse poder não diminuiu até à sua morte em 1578. Apesar das suas divergências com o cunhado, o cardeal D. Henrique (1512-1580), durante a regência e, mais tarde, com o neto, D. Sebastião (1554-1578), a autoridade e influência de D. Catarina foram evidentes, mesmo nos períodos em que viveu semirretirada da corte de Lisboa, no palácio de Xabregas, às portas de Lisboa.

Tal como Labrador Arroyo, Isabel Mendes Drumond Braga investigou a casa de D. Catarina de 1525 a 1557, apresentando uma visão geral dos vários componentes da corte da rainha e dos critérios para a manutenção da sua casa: fontes de rendimento, despesas, salários, ofertas de dinheiro, patrocínios religiosos e custos relacionados com alimentação e presentes<sup>2</sup>. Drumond Braga retirou muitas das suas descobertas do Corpo Chronológico (I), guardado na Torre do Tombo. Entretanto, o guarda-roupa, joias, pratas e tesouro da rainha formaram a base de uma tese de fim de curso não publicada, compilada em dois volumes por Maria dos Reis de Matos Candeias em 1960 (Lisboa, Universidade de Lisboa).

As questões atinentes ao patronato religioso de D. Catarina ao clero, conventos e instituições religiosas foram retomadas pela autora e por Isabel Mendes Drumond Braga, tendo a autora também investigado a veneração da rainha por relíquias, principalmente as relacionadas com a dinastia de Habsburgo<sup>3</sup>. Esta primeira pesquisa sobre os diferentes aspetos da coleção e da corte de D. Catarina encorajou outros estudiosos a investigar a casa da rainha e um dos seus livros de moradias, recentemente analisado por Maria Paula Marçal Lourenço e Maria José Azevedo Santos. A segunda autora transcreve um dos livros (fragmentado) da casa de D. Catarina, datado de 1526, enquanto Marçal Lourenço traça as carreiras de vários oficiais superiores e cortesãos relacionados com a Casa Real, delineando as suas origens aristocráticas, genealogias, laços de sangue e relações políticas com a corte de

---

<sup>1</sup> LABRADOR ARROYO, 2003, pp. 203-252; LABRADOR ARROYO, 2009.

<sup>2</sup> BRAGA, 1990a, pp. 137-211; GSCHWEND, 2010c.

<sup>3</sup> BRAGA, 1989, pp. 92-123; GSCHWEND, 1990, pp. 187-198.

Lisboa. Os autores Labrador Arroyo e Marçal Lourenço mostraram a existência de um grau de fluidez dentro das estruturas das casas reais portuguesa e espanhola durante quase todo o século XVI, sublinhando que naturais e cortesãos de ambos os países cruzaram fronteiras com princesas casadoiras e as suas carreiras eram formadas simultaneamente nas duas cortes.

O papel das rainhas e das colecionadoras do sexo feminino no Portugal renascentista foi descurado pelos historiadores. Os estudos sobre a corte de D. João III e a sua administração só agora começam a surgir para melhor esclarecer este período. O papel do cerimonial e da etiqueta e da sua implementação na corte de Lisboa durante o reinado de D. Catarina e D. João III ainda não foi estudado. É também necessário fazer mais no contexto mais alargado das festas, celebrações e entradas reais, bem como na resolução de questões deixadas em aberto, relacionadas com as vidas pública e privada dos monarcas do Renascimento em Portugal, e a estrutura e organização das suas casas.

D. Catarina conseguiu negociar para si própria uma posição única de poder, que lhe conferiu independência para administrar e governar a sua casa com grande perspicácia e inteligência, experiência que transpôs para a arena política quando recebeu mais poderes de governo durante a vida do marido e depois da morte deste em 1557, quando assumiu a regência durante cinco anos. Utilizou o patronato e as coleções para reforçar a sua posição como rainha comerciante de um império ultramarino, circunstância única para uma mulher do seu tempo e da qual estava evidentemente muito orgulhosa. A sua coleção de arte asiática e objetos exóticos do Extremo Oriente transformou-se naquilo que definiu claramente a posição política da rainha na corte, refletindo uma particular hierarquia e simbolismo do governo de D. Catarina em Portugal e fora dele, no Estado da Índia. A instalação da coleção, a sua organização e o modo como a rainha influenciou a disposição e decoração dos seus aposentos no palácio real de Lisboa desempenharam um papel importante. A aquisição de objetos de luxo da Ásia portuguesa simbolizou essencialmente o seu estatuto social na corte.

Logo em 1528, D. Catarina criou uma insaciável paixão pelos tesouros disponíveis nas feitorias de África, Ásia e Brasil e, pouco tempo depois da sua chegada a Portugal, surgem nos seus inventários objetos, roupas e acessórios de vestuário asiáticos e orientais. A sua coleção transformou-se na primeira *Kunstammer* significativa do Portugal renascentista, incluindo mais objetos não europeus do que qualquer outra coleção contemporânea anterior aos meados do século XVI.

Como rainha estrangeira, D. Catarina usou o que lhe pertencia para criar a sua própria identidade na corte portuguesa. A sua coleção, guardada nos seus domínios privados e semelhante a um *studiolo* italiano, passou progressivamente para zonas mais públicas como a sala da rainha. D. Catarina parece ter sido responsável pela decoração da residência real de Lisboa, sede principal dos monarcas portugueses, e pela decoração visual de espaços públicos e privados, geralmente reservados ao governante masculino e aos seus cortesãos.

Os laços dinásticos e familiares foram reafirmados pela formação de uma enorme galeria de retratos, grande parte da qual pintada por Anthonis Mor, pintor da corte de Habsburgo, enviado propositadamente de Bruxelas. Estas imagens dos parentes serviam de afirmação visual dos laços familiares e alianças da corte de Lisboa. Os retratos de D. Catarina acentuavam o seu culto a Carlos V e à dinastia de Habsburgo, pondo em evidência a sua necessidade de ser visualmente associada a membros das casas reinantes dos Países Baixos, Espanha, Dinamarca e Áustria. Foi a primeira galeria de retratos renascentista do seu género em Portugal.

As muitas tapeçarias flamengas que D. Catarina possuía (vindas da coleção de sua mãe e também adquiridas) denotavam não só os seus laços com a herança de Borgonha e Castela, mas refletiam também a predileção portuguesa pelas coleções de arte flamenga em detrimento da italiana. D. Catarina exteriorizava o seu poder e autoridade na corte de Lisboa através da utilização das tapeçarias flamengas: as que trouxera de Espanha, outras retiradas do real guarda-roupa português e mais tarde as encomendadas em Bruxelas em 1551. Os painéis de *A conquista da Índia* e *Rómulo e Remo* mostram a promoção da fundação de um novo império português e a instituição de Lisboa como a nova Roma; a *Conquista de Tunes* demonstrava a vitória de Carlos V sobre os infiéis; *Os meses do ano* simbolizavam o controlo do monarca português sobre a natureza e as estações do ano; *Ester* era uma alegoria à realeza de D. Catarina; e *As esferas* (terrestre, celeste e armilar) mostravam D. Catarina e o seu esposo D. João III como Juno e Júpiter, governantes de um império global e celeste.

D. Catarina mostrava o seu interesse em acompanhar as ideologias familiares e a política cultural que ajudaram a definir as tradições e aspirações das dinastias de Habsburgo e de Avis, quer encomendando retratos de família quer colecionando tapeçarias flamengas panegíricas. O seu próprio prestígio na corte de Lisboa foi acentuado quer pelo seu posicionamento político quer pelas suas relações familiares, culturais e artísticas com a família Habsburgo. Bruxelas, Viena, Madrid e Lisboa estavam ligadas por laços de parentesco e padrões comuns de colecionismo. A construção da identidade familiar atra-

vés da troca de presentes, objetos de família, relíquias e a aquisição de objetos específicos como reafirmações simbólicas e visuais de uma família (e/ou de um coletivo dinástico) tem sido um pouco ignorada pelos estudiosos em relação a D. Catarina e aos seus parentes. Uma extensa troca de cartas e presentes cimentou os laços de D. Catarina com a sua família: Carlos V, a imperatriz Isabel e os filhos de Carlos em Espanha; as suas irmãs Maria da Hungria e Leonor de Áustria nas cortes de Bruxelas e Paris e o irmão Fernando I em Viena.

No final do seu reinado, a transformação mandada executar por D. Catarina da capela-mor manuelina em panteão real no mosteiro dos Jerónimos, erigido pelo rei D. Manuel I, em 1498, em Belém, em honra das explorações marítimas dos Portugueses, representou a sua primeira e única obra arquitetónica significativa. A sua intenção seria impor uma dignidade severa ao cenário ornamentado do complexo dos Jerónimos, erguendo uma estrutura clássica nunca antes vista no Portugal renascentista. Esta obra refletiu a preocupação de D. Catarina com a sua própria imagem, pois procurou promover a dinastia de Avis e legitimar as suas associações e estatuto com a sua própria família e com a família real portuguesa. A capela de D. Catarina foi dedicada à memória de uma dinastia ilustre que dividiu o mundo com a Espanha dos Habsburgos durante quase todo o século XVI.

Os casamentos dinásticos concertados por Carlos V para D. Catarina de Áustria e para as suas outras irmãs permitiram estabelecer uma elaborada rede familiar que o ligava a Lisboa e a outras cortes. Estes laços íntimos ajudavam a manter hierarquias sociais dentro da família e a regular as relações internacionais. Robert Malcolm Smuts e Melinda J. Gough mencionaram recentemente a necessidade de continuar a estudar estas relações, fazendo notar que «as redes dinásticas centradas nas rainhas ofereciam um importante canal através do qual circulava a comunicação entre as principais cortes europeias»<sup>1</sup>. Os casamentos dinásticos, semelhantes aos concertados por Carlos V, forneciam uma plataforma para estender e consolidar o prestígio e influência dos Habsburgos.

A historiografia portuguesa apresentou uma visão de D. Catarina de Áustria como peão dos Habsburgos, manipulada pelo irmão. Como princesa casadoira, provou ser um valioso bem político para Carlos V e para a dinastia de Habsburgo. Embora dedicada ao imperador, D. Catarina aprendeu a conformar-se a novos valores e costumes, reforçando continuamente os seus de-

---

<sup>1</sup> SMUTS e GOUGH, 2005, pp. 1-13.

veres em relação à dinastia de Avis, enquanto mantinha as exigências da sua família habsburguesa. Desde o princípio do seu reinado que D. Catarina deu início a um processo de legitimação do seu estatuto dentro do seu novo país, por meio da sua riqueza, poder, mecenato cultural e colecionismo, usando objetos materiais para articular poder e prestígio. Como rainha, desenvolveu um profundo conhecimento da política doméstica e internacional, unindo duas cortes e duas dinastias, colaborando e mediando entre irmão e marido para manter os laços diplomáticos. Como mãe de um futuro rei e de alguns príncipes reais, nunca foi objetivo de D. Catarina desprestigiar a dinastia com a qual casara. Esteve sempre preocupada com a conservação e avanço da Casa de Avis, vendo contudo os seus nove filhos, cinco varões herdeiros, morrerem antes de si. A historiografia tradicional considera-a responsável pelos dramáticos acontecimentos políticos após a sua morte em 1578, quando Espanha incorporou a Coroa portuguesa. À luz de estudos recentes acerca das rainhas das primeiras cortes modernas, é há muito devida uma reavaliação da vida e reinado de D. Catarina.